

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.578 - RS  
(2019/0235121-6)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE : ARLETE ROSA CORREA**  
**ADVOGADO : PEDRO DE QUEIROZ CORDOVA SANTOS - SC013903**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário (art. 105, II, "b", da Constituição Federal) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL DE MANDADO DE SEGURANÇA, IMPETRADO EM FACE DE DECISÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, SOBRE PRODUÇÃO DE PROVAS. DESCABIMENTO DA IMPETRAÇÃO. DECADÊNCIA. CARÁTER PREVENTIVO DO *MANDAMUS*. INEXISTÊNCIA. PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS PARA A IMPETRAÇÃO.

1. A decisão que delibera a respeito da produção de prova requerida por uma das partes constitui matéria a ser impugnada em preliminar de eventual recurso de apelação, o qual é dotado de efeito suspensivo, de sorte que, nos termos do artigo 5º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009, é incabível o mandado de segurança que visa contrastá-la.

2. Ademais, a nova sistemática processual civil adotou a opção de diferir, para o momento da apelação, o questionamento das decisões interlocutórias que não desafiam agravo de instrumento, como no caso dos autos, em que o objetivo deste mandado de segurança vai de encontro a essa diretriz.

3. A mera circunstância de que, à época da impetração, ainda não havia sido apazada a data de realização da perícia não conduz à conclusão de que se cuida de mandado de segurança preventivo, daí porque, evidenciado o caráter repressivo da impetração, não há se falar em afastamento do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência do ato impugnado.

A parte recorrente pugna pelo provimento do Recurso Ordinário, aduzindo que a decisão atacada pelo *writ* é manifestamente teratológica, pois "(...) não há qualquer lógica - e tampouco permissão Constitucional - para que a impetrante compareça ao exame pericial e obriga-la, além de estar inferindo em seu direito ao silêncio, estaria lhe obrigando a eventualmente se incriminar pela prática, em tese, de crimes tipificados no artigo 1º inciso IV da lei 8.1337 de 27

de dezembro de 1990 (crime conta ordem tributária), artigo 171, § 3º, do Código Penal e 297 do Código Penal (falsidade ideológica), sendo completamente abusiva e teratológica a manutenção desta decisão e seus efeitos, restando absolutamente inócua eventual alegação posterior ao ato jurídico realizado (...).

Requer, ainda, a concessão de efeito suspensivo ao Recurso Ordinário.

Contrarrazões apresentadas pela Fazenda Nacional às fls. 188-195, e-STJ.

O Ministério Público Federal (fls. 223-226, e-STJ) opinou pelo não provimento do recurso, uma vez que "(...) não é possível a utilização do writ constitucional para atacar decisões judiciais contra as quais caibam recursos ou correção, nos termos da Súmula 267/STF, salvo situação de absoluta excepcionalidade em que restar cabalmente evidenciado o caráter abusivo ou teratológico da medida impugnada (...).

É o **relatório**.

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.10.2019.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte recorrente contra decisão interlocutória que, em Ação Anulatória, deferiu o pedido de produção de prova pericial formulado pela Fazenda Nacional.

Como ressaltado pelo Ministério Público Federal em sua manifestação, verifica-se que já foi proferida sentença na referida Ação Anulatória (5002969-86.2017.4.04.7200 - SC), sendo julgado procedente o pedido, *verbis*:

[...]

### III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* do Estado de Santa Catarina e, no mérito, ratificando a decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada (evento 20), julgo procedente o pedido para declarar a nulidade do crédito tributário constituído em desfavor da autora no Processo Administrativo Fiscal n. 11516.722563/2012-19, tornando inexigível o imposto de renda, a multa e os juros de mora relativos aos anos-calendário de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a União - Fazenda Nacional ao pagamento de honorários de sucumbência, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa devidamente atualizado, nos termos do artigo 85, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil, bem como a ressarcir as custas processuais antecipadas pela parte autora (nos autos n. 50299205420164047200, em apenso).

Tendo em conta que o Estado de Santa Catarina não ofereceu efetiva resistência ao pedido do autor, deixo de condená-lo nos

ônus sucumbenciais.

Sentença não sujeita à remessa necessária (art. 496, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil).

Na hipótese de interposição de recurso de apelação, determino, desde logo, a intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões; e, após, a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (art. 1.010, §§ 1º a 3º, do Código de Processo Civil).

Observa-se, assim, que o ato judicial impugnado (decisão interlocutória) foi substituído pela sentença, a ser combatida através do cabível recurso de Apelação, devolvendo-se ao Tribunal de origem o conhecimento da matéria impugnada, nos termos do art. 1.013 do CPC/2015.

*In casu*, portanto, é manifesta a perda do objeto da impetração e, consequentemente, do interesse recursal.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR TERCEIRO PREJUDICADO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO.**

1. Trata-se na origem de Mandado de Segurança impetrado pelo ora recorrente com o objetivo de anular a decisão do Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Ponte Nova, que, no MS 0521.17.007821-1, impetrado por H.F.DOS A.A., deferiu a liminar para autorizar a participação no exame supletivo do ensino médio antes de completar a idade mínima exigida e, se aprovado, para garantir a matrícula no curso de medicina ou, alternativamente, assegurar a reserva de vaga no semestre subsequente no referido curso.

2. Consultando o andamento processual do MS 0521.17.007821-1, disponível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), verifica-se que em 8.1.2018 proferiu-se sentença concedendo a ordem, a qual foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em remessa necessária, no acórdão publicado em 14.8.2018, com trânsito em julgado em 5.10.2018.

3. Portanto, inviável o exame do Recurso Ordinário interposto contra o acórdão que denegou a ordem, em writ que visa a cassação da liminar, que foi substituída pela sentença.

4. A Corte Especial do STJ, no julgamento dos EAREsp 488.188/SP, firmou o entendimento de que, na hipótese de deferimento ou indeferimento da antecipação de tutela, a prolatação de sentença meritória implica perda de objeto do agravo de instrumento por ausência superveniente de interesse recursal, uma vez que: a) a sentença de procedência do pedido que substitui a decisão deferitória da tutela de urgência torna-se plenamente eficaz ante o recebimento da apelação tão somente no efeito devolutivo, permitindo desde logo a execução provisória do julgado (art. 520, VII, do

CPC/1973); b) a sentença de improcedência do pedido tem o condão de revogar a decisão concessiva da antecipação, ante a existência de evidente antinomia entre elas.

5. Configurada, portanto, a perda de objeto da presente pretensão recursal.

6. Recurso Ordinário não conhecido. (RMS 59.744/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1º.7.2019)

CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEQUESTRO DE VERBA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO. LEVANTAMENTO DOS VALORES CONFIRMADO. PERDA DO OBJETO E SUPERVENIENTE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com o objetivo de anular o ato do Presidente do Tribunal de Justiça que determinou o sequestro de verbas públicas para pagamento de precatório alimentar.

2. A orientação adotada pela Corte de origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que, "resguardadas as vias ordinárias, o levantamento integral da verba pública sequestrada para a satisfação de precatório implica a perda de objeto do mandado de segurança impetrado contra o ato que determinou essa constrição" (AgInt no RMS 38.846/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 28/2/2019).

3. Precedentes: RMS 45.326/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/10/2016; AgInt no RMS 39.649/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 27/4/2017; AgRg no RMS 44.141/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/5/2016. 4. Recurso em mandado de segurança prejudicado. (RMS 38.120/SP, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 27.6.2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. A ocorrência, no plano dos fatos, de eventos posteriores à impetração, prejudiciais ou inviabilizadores da concessão da ordem, nos termos em que requerida, acarreta a perda superveniente do objeto, impondo-se, em consequência, a extinção do feito sem resolução do mérito.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no RMS 45.017/MG, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 11.10.2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 34, XI, do RI/STJ, **julgo prejudicado o presente Recurso Ordinário, em virtude da perda superveniente de objeto.** Prejudicado o pedido de concessão de efeito

# *Superior Tribunal de Justiça*

suspensivo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator